

**A PRESENÇA E A AUSÊNCIA DA POPULAÇÃO
PENITENCIÁRIA EM PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES DO
INTERIOR PAULISTA:
DILEMAS DE UMA HISTÓRIA RECENTE.**

Eda Góes¹

Resumo

Este artigo trata de impactos causados pela presença das novas instituições penitenciárias no Oeste Paulista, a partir dos anos 1990, tomando como referência dois casos: as cidades de Presidente Bernardes e de Presidente Prudente. Adotando como perspectiva de análise às representações sociais produzidas sobre essas instituições e sobre os diversos sujeitos com ela envolvidos, identificamos as disputas políticas que permeiam tais impactos e terminamos por problematizar a centralidade do Estado nos discursos sobre a questão penitenciária e seus desdobramentos, a despeito das diferenças entre o cotidiano de pequenas, médias e grandes cidades não terem sido desconsideradas.

Palavras-chave

População penitenciária; Oeste Paulista; representações sociais; cotidiano; pequenas cidades; cidades médias.

Abstract

This article presents the impact caused by the presence of newest penitentiary institutions in São Paulo's West since 90's taking by reference two cases: the cities of Presidente Bernardes and Presidente Prudente. We adopt as analytical perspective the social representations produced by these institutions and the various subjects involved with it and from that we identified the political disputes that underlie these impacts and ended by questioning the state's centrality in discourses about the penitentiary questions and its consequences, in spite of differences between daily life of small, medium and large cities have not been disregarded.

Keywords

Penitentiary Population; São Paulo's West; Social Representations; Quotidian; Small Towns; Medium Towns.

Na História do Brasil, a violência tem sido uma questão presente desde os seus primórdios, mas adquiriu características específicas em diferentes contextos. Nas duas últimas décadas, a violência passou a caracterizar-se eminentemente como violência letal, visível e cotidiana, graças à abundância de armas de fogo, ao papel desempenhado pela mídia, e como fenômeno urbano, a despeito da violência no campo não ter desaparecido.

O tratamento conferido ao tema da violência pela mídia garante que nós nos reportemos, freqüentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. O que não significa que não haja uma relação entre o real e o representado, embora as relações entre ambos sejam variáveis, de acordo com o grau de sensacionalismo empregado, por exemplo. Esse conjunto de representações da violência contribui para criar ou reforçar um ritual moderno da violência, que age sobre as práticas cotidianas.²

Buscando contribuir com o debate acerca dessa correlação entre crescimento real da violência (os fatos) e o recrudescimento da sensação de insegurança (percepção) nessas que, do ponto de vista da mídia, continuam a ser *as outras cidades*, menos visíveis, as pequenas e médias cidades do interior, neste artigo, voltamos nossa atenção ao estudo de aspectos do cotidiano de duas cidades do interior paulista, Presidente Bernardes e Presidente Prudente, ambas localizadas no Oeste Paulista, região que ganhou notoriedade nacional a partir da implementação de uma nova política penitenciária pelo governador Mario Covas (1992 – 2001),³ que teve continuidade no governo de seu sucessor, Geraldo Alckmin (2002 – 2006).

Tal política objetivava principalmente a diminuição da superlotação dos Distritos Policiais paulistanos e a desativação da Casa de Detenção,⁴ também localizada na capital paulista, mediante a construção simultânea de 21 novas penitenciárias no interior paulista. Dessas, 13 penitenciárias foram construídas no Oeste Paulista, implicando, portanto, em enorme impacto na região.⁵

Presidente Bernardes, cidade que contava em 2000 (Censo do IBGE) com 14.662 habitantes e já abrigava uma penitenciária, recebeu então uma nova unidade, por sua vez caracterizada como de regime especial – o Centro de Readaptação Penitenciária - com capacidade para receber 160 presos, os mais perigosos, que ali seriam submetidos a condições especialmente rígidas de isolamento, visita, banho de sol, contato com agentes penitenciários e, sobretudo, a bloqueador de celular. Seria, por tudo isso, a mais rígida e segura do país. Os números, relativos a 2003, são bastante significativos:

A presença e a ausência da população penitenciária

Nome da Penitenciária	Capacidade	População Carcerária	Funcionários	População da Cidade
Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes	1160	85	1132	
Penitenciária de Presidente Bernardes	7731	920	3314	
Total em Presidente Bernardes	8891	1005	4446	114.662

Dados: Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo (2003) e IBGE - Censo Demográfico, 2000.

A polêmica transferência de parte importante da população penitenciária do Estado para o Oeste Paulista envolveu múltiplos e contraditórios elementos, dentre os quais destacamos, em primeiro lugar, a oferta de grande quantidade de empregos públicos,⁶ mediante concurso e regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que foi vista como muito atraente frente ao quadro de crise econômica experimentado, sobretudo pelas pequenas e médias cidades da região. Isso implicou no deslocamento de moradores de uma cidade a outra, conforme as necessidades do sistema penitenciário, e na oferta de cursos preparatórios, por parte de prefeituras interessadas em aumentar as chances dos candidatos da própria cidade.

Em segundo lugar, se destaca a eleição de Agripino Lima para prefeito de Presidente Prudente, cidade que se caracteriza pelo nível elevado de centralidade intra-urbana, definida pela relevância de seus papéis comerciais e de serviços e por sua situação geográfica que a notabiliza como única cidade desta importância e tamanho, na região. Caracteriza-se, assim, como cidade média, não apenas por sua população de 185.229 habitantes (IBGE, Censo de 2000), como pelos papéis que desempenha no conjunto da rede urbana.⁷ A partir do período eleitoral, esse candidato do PSC (Partido Social Cristão), partido de oposição ao governo do Estado (do PSDB), desencadeou ampla campanha contra a vinda dos presídios na mídia local.⁸ Na base da sua argumentação estava a insegurança que eles teriam trazido, da capital “violenta” para o interior, até então “tranquilo”, ainda que números que comprovassem tal correlação não tenham sido apresentados. Era o “fim da paz”, conforme lema apelativo empregado, que reverteu, quase completamente, a ênfase anterior, na abertura de milhares de postos de trabalho.

Em terceiro lugar, merece destaque o esforço de articulação política com o Governo Estadual (PSDB) por parte de alguns prefeitos da região, com objetivo de atrair uma unidade penitenciária para o seu município, com vistas à amenização da estagnação econômica, enquanto outros buscaram articulação semelhante, com objetivo oposto, ou seja, impedir a vinda dessas unidades, como ocorreu com Presidente Prudente.

Nesse contexto, eivado de contradições e movido por acirradas disputas políticas, foi



se definindo o novo mapa penitenciário do Estado de São Paulo e Presidente Bernardes ganhou notoriedade quando a mídia nacional deu grande destaque à polêmica transferência de um conhecido traficante de drogas do Estado do Rio de Janeiro para o Centro de Readaptação Penitenciária (CRP). Nessa cobertura, um dos recursos mais radicais empregados foi o uso da charge, em função do seu potencial, ou seja, do artifício formador/transformador das representações sociais, da sua comicidade e do seu alcance.

Analisando as matérias dos jornais *O Imparcial* e *Oeste Notícias*, ambos publicados em Presidente Prudente, mas com influência regional, no período 2001 – 2003, dedicamos atenção especial aos trabalhos de dois chargistas. Mas neste artigo abordaremos apenas o trabalho de Clauro, do *O Imparcial*,⁹ que não possui vínculo empregatício, caracterizando-se suas relações com o jornal como meramente comerciais, isto é, suas charges são mercadorias que podem ser adquiridas por qualquer jornal. Disso decorre, segundo nossa interpretação, o recorte territorial mais amplo das temáticas abordadas em seus trabalhos, sobretudo tomando-se como parâmetro os trabalhos do segundo chargista pesquisado, André Barboza, contratado pelo *Oeste Notícias*.

Embora as charges analisadas frequentemente limitem-se a reproduzir discursos comuns sobre a questão penitenciária, no entanto, sua capacidade ilimitada de radicalização manifestou-se, inúmeras vezes, através de imagens caóticas de presídios, associadas à violência, numa postura crítica que teve como alvos frequentes, representantes do governo, como nos exemplos apresentados em seguida.

Não por acaso, nas duas charges estão presentes telefones celulares, representados como disponíveis ao personagem “Fernandinho Beira-Mar”, o famoso traficante de drogas carioca. Como o espaço e o tempo da cena não são definidos, ela pode sugerir que não se trata de fato real, mas apenas idealizado, de uma perspectiva cômica. Mas pode ser interpretada também como manifestação de descrédito frente à capacidade do governo de manter controle sobre presos perigosos, mesmo em seu presídio mais seguro, no qual grande investimento em equipamentos deveria garantir justamente o bloqueio das ligações feitas por telefone celular.

A presença e a ausência da população penitenciária

Jornal: <i>O Imparcial</i>		
08/07/03	Charge	 <p>COMO SERIA, UM SUPOSTO ENCONTRO CORDIAL ENTRE O PRESIDENTE LULA E O TRAFICANTE FERNANDINHO BEIRA-MAR???</p>
14/09/03	Charge	 <p>NÃO HÁ COM O QUE SE PREOCUPAREM, ESTÁ TUDO SOB CONTROLE!</p>

Na primeira charge, ao tratar de um encontro que nunca existiu, o chargista se permite retratar o Presidente da República, Luís Inácio “Lula” da Silva (do PT), ironicamente, vestindo uma touca, símbolo comum neste tipo de representação gráfica para designar marginalidade. Como a marginalidade do outro personagem é amplamente conhecida, a charge sugere, cognitivamente, a conivência ou identificação do presidente com o marginal, numa provável referência à prática real, anteriormente criticada pela mídia, do Presidente da República, de vestir o boné de entidades ou personalidades que o visitavam.

Através dessa mescla entre ficção e realidade, o discurso cômico possibilita que o leitor conclua acerca de uma inversão da ordem estabelecida, praticada não pelo notório marginal, mas pela autoridade máxima do Estado, resultando, portanto, em perspectiva muito mais ameaçadora e grave - subversão, de quem?

Uma das mais radicais representações desse caos aparece na charge do dia 14 de setembro de 2003, na qual o personagem “Fernandinho Beira-Mar” literalmente monta sobre o Estado, simbolizado pela personagem da Governadora do Estado do Rio de Janeiro, na época, Benedita da Silva (também eleita pelo PT). Os dois objetos mais representados em alusão ao universo penitenciário, armas e celulares, reaparecem, evidenciados, desta vez, tanto pela sua disposição, como pelo desenho da arma escolhida (um míssil). O celular ainda parece tocar no momento em que a personagem da governadora proferia o seguinte discurso: “Não há com o que se preocupar, está tudo sob controle”, sugerindo uma contradição radical entre o discurso do Estado e o fato representado.

Através desses exemplos radicais, se objetiva demonstrar o impacto da transferência desse traficante de drogas carioca para Centro de Readaptação Penitenciária (CRP) de Presidente Bernardes (um caso, dentre os muitos transferidos, porém do próprio Estado de São Paulo), mas também dimensionar a importância adquirida pela questão penitenciária na cidade e na região, a partir de 1997. Indicativos do poder das imagens diariamente divulgadas pela mídia, cuja influência materializa-se no cotidiano dessas cidades, ao transformar-se em relações e práticas sociais, são os adesivos que apareceram em carros de moradores da região em 2005, em meio a denúncias de corrupção, envolvendo o Governo Lula, com os seguintes dizeres: “Se Lula é inocente. Beira-Mar para presidente”.

Com vistas ao questionamento da relação estabelecida entre a transferência dos presos, particularmente daqueles diretamente ligados ao crime organizado, e a sensação de insegurança que se generalizou pela região, de modo geral, estudamos o caso dos moradores de Presidente Bernardes, em função de sua situação suscetível decorrente da presença do CRP (Centro de Readaptação Penitenciária), além da penitenciária já anteriormente existente.

Com esse intuito, retornamos a caracterização de cidade média, já referida, para propor a hipótese de que os papéis de centralização e mediação exercidos por Presidente Prudente, particularmente em relação às pequenas cidades da região, mas também em relação a capital paulista, sediando a Vara de Execuções Criminais,¹⁰ por exemplo, e representados pela presença de inúmeras agências bancárias, *shopping centers*, órgãos públicos, etc. influenciam na atenção despertada pela transferência dos presos para o interior paulista. Ou seja, sem desconsiderar o preconceito que sustenta as percepções acerca das visitas recebidas pelos presos, segundo o qual as mães, esposas e crianças que costumam fazer

A presença e a ausência da população penitenciária

filas nas portas dos presídios desde a madrugada de domingos e feriados, seriam potencialmente criminosas, formulamos a hipótese de que as cidades médias teriam passado a atrair uma atenção proporcionalmente maior, porém de difícil mensuração, por parte do crime organizado.

Isso também significa que o impacto das novas unidades penitenciárias deve ser avaliado a partir de uma perspectiva regional e não apenas municipal, como a mídia e os políticos da região sempre procederam, sob influência, inclusive do ideário neoliberal que tende a imprimir forte tom de disputa entre os municípios envolvidos. A exceção a essa regra se limita aos casos em que a disputa se transfere para a relação interior x capital paulista, ou em relação aos outros estados da federação.

Ao mesmo tempo, como indicam tanto as estatísticas policiais, como depoimentos de moradores de Presidente Bernardes, o fato de sediar duas penitenciárias, uma das quais em regime especial, voltada à contenção dos presos considerados mais perigosos, sobretudo por seu papel de liderança em organizações criminosas, não alterou o cotidiano da cidade, exceto pelo tema dos presídios e da insegurança que passou a fazer parte das conversas.

No que refere às estatísticas policiais, os baixos índices de criminalidade constatados na Delegacia de Polícia de Presidente Bernardes e nos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo destacam-se pela vigorosa confrontação com os discursos de moradores acerca do aumento da violência na cidade, muitas vezes referenciados a *boatos* e, sobretudo, frente à dramatização da violência, promovida pela imprensa regional e atribuída à vinda dos presídios. Os primeiros parâmetros adotados foram os dados disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública, sobre Presidente Bernardes:

Tabela 1: Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo				
Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2.000	4	69	4	0
2.001	1	48	1	0
2.002	1	60	1	2
2.003	0	64	0	1

Fonte: http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/_pormunicipio.aspx?codigo=465, acesso em 17/01/06.

A análise dos dados reflete a pouca intensidade e/ou variação dos índices criminais, permitindo mesmo especulações de que tais índices experimentam uma ligeira queda, a partir de 2002, ano de inauguração do CRP.

Outras importantes constatações foram feitas durante pesquisas na única delegacia da cidade, quando se colheram dados referentes à criminalidade local e, sobretudo, foi observado o seu cotidiano, inclusive com coleta de depoimentos do delegado, de policiais e de outros funcionários. Foram então consultados dois livros de inquérito dessa delegacia, sob o argumento¹¹ de que os inquéritos diziam respeito aos crimes mais graves, sendo, portanto, mais significativos que os Boletins de Ocorrência. Dessa consulta, resultaram os dados organizados nas Tabelas 2 e 3.

**Tabela 2: Crimes registrados nos livros de inquéritos 04/17 e 04/18
(período: 22/10/01 a 13/12/04)**

Crimes	Indiciado Natural de Presidente Bernardes	Indiciado Natural da Região de Presidente Prudente	Indiciado Natural de Outras Localidades	Não Consta Naturalidade do Indiciado	Não Consta Indiciado	Total
Furtos e Roubos	11	16	12	6	25	70
Tráfico	5	1	0	1	1	8
Crimes Sexuais	1	0	0	4 ¹	1	6
Lesão Corporal	7	0	3 ²	2	1	12
Tentativa de Homicídio	0	0	0	0	1	1
Posse de entorpecentes	2	0	0	0	0	2
Suicídio	1	0	0	0	0	1
Total	27	17	15	13	29	101
1) Em dois dos casos, o indiciado possuía residência fixa em Presidente Bernardes.						
2) Constando nos relatos dos acidentes de automóvel.						

Fonte: Delegacia de Presidente Bernardes, consulta em 06/09/05.

Nesse quadro, a naturalidade dos indiciados foi um dos dados que mereceram maior atenção. Apesar das deficiências, é possível concluir que a maioria dos indiciados é natural de Presidente Bernardes e região, o que fornece cada vez mais subsídios para a derrubada da tese acerca do suposto redirecionamento da criminalidade, da capital, para o interior.

A Tabela 3 foi elaborada com base na mesma fonte de dados, mas se refere apenas aos crimes relacionados à penitenciária e/ou praticados pelos visitantes dos presos. São, principalmente, casos de posse de entorpecentes e, em número muito menor, casos de tráfico de drogas, homicídios e alguns casos de suicídio de presos.

A presença e a ausência da população penitenciária

Crimes	Indiciado Interno da Penitenciária	Indiciado Familiar e/ou visitante	Total
Tráfico	6	6	12
Homicídio	2	0	2
Posse de Entorpecentes	64	4	68
Suicídio	3	0	3
Porte de Arma ¹	2	0	2
Total	77	10	87

1) Constando nos registros apenas apreensão de armas “brancas” (facas, estiletes, etc.).

Embora fique evidente que o principal crime praticado por visitantes dos presos é a tentativa de entrada de entorpecentes nas penitenciárias locais, é preciso assinalar que se trata de prática sem qualquer repercussão sobre a cidade, já que esses entorpecentes são trazidos das cidades de origem das visitantes, freqüentemente da região metropolitana de São Paulo, e destinados ao universo penitenciário. Mesmo assim, as notícias de prisões de familiares e visitantes de presos geram especulações sobre o aumento do tráfico de drogas nas cidades da região. Tal relação também pode ser contestada a partir dos dados gerados nas Tabelas 2 e 3, que identificam a grande maioria dos indiciados por tráfico de drogas como natural da cidade de Presidente Bernardes.

Além dos dados pesquisados, uma terceira fonte revelou-se igualmente rica, a observação do cotidiano da delegacia. Assim, pequenos indícios foram interpretados como indicativos de ausência de mudança e, sobretudo, de pressões, sobre a principal instituição encarregada do controle social na cidade, para além das muralhas penitenciárias. O fato da delegacia fechar para o almoço, por exemplo, foi interpretado como mais uma indicação contrária à tese de que a vinda das novas penitenciárias teria tornado violenta e insegura a vida na cidade.

A observação e o convívio com funcionários da delegacia local favoreceram também à coleta de depoimentos orais, informais, por isso mesmo, muito importantes devido à perspectiva adotada, pautada na compreensão do convívio entre os visitantes supostamente hostis, por um lado, e, de outro, a ordem e os valores estabelecidos pelos moradores. Mesmo sobre a consonância da vivência profissional não foram raros os depoimentos acerca da apreensão de drogas e relatos de pequenos roubos em supermercados locais, além de outras informações que depois se revelaram de difícil comprovação, como foi o caso de um suposto auxílio dado pela penitenciária local para a implantação de pensões e residências para os familiares/visitantes de presos.

Um escrivão da polícia sugeriu possíveis impactos econômicos, a partir da implantação dos presídios locais: estímulo ao mercado imobiliário proporcionado pela transferência de famílias de presos e aumento da atividade comercial devido aos gastos dessas famílias, como residentes e durante as visitas. Como exemplo, citou o maior supermercado da cidade, que teria aumentado suas vendas. Mas apontou para outros aspectos relativos a tais ganhos econômicos, acrescentando que nos fins de semana, o supermercado montou um “esquema especial” para receber estes visitantes, baseado principalmente, no aumento de funcionários para coibir pequenos furtos. Estes fatos foram relacionados com o início dessas visitas, mas, a partir da continuidade desses contatos, estes pequenos incidentes teriam diminuído.

Outro fato relatado pelo escrivão se refere à apreensão de entorpecentes numa pensão descrita como ocupada por parentes dos presos, que teria ocorrido várias vezes e envolvido diferentes pessoas. Mais uma vez, tal relato foi passível de questionamento a partir dos próprios registros dos livros de inquérito apresentados anteriormente, uma vez que os principais indiciados por tráfico e posse de entorpecentes são naturais de Presidente Bernardes e, como a tabela 3 demonstra, as prisões de visitantes dos presos por tráfico ocorreram apenas mediante revista realizada na entrada das penitenciárias locais.

Outro policial expressou opiniões mais radicais quanto aos presídios e seu impacto sobre a cidade. Apesar de sua familiaridade em relação aos registros policiais que questionam qualquer aumento da criminalidade decorrente da presença de familiares de presos em Presidente Bernardes, seu discurso caracteriza-se pela hostilidade, ainda que certa valorização sutil do papel desempenhado pela instituição policial, que representa, possa ser identificada: “Isso aí foi uma *merda* para a cidade, porque vêm muitos familiares de presos para cá. Só que crimes grandes eles não vêm fazer nada por aqui, não...”

Nota-se que a suposta fixação de muitos dos familiares de presos na cidade é elemento importante da construção discursiva sobre a insegurança atribuída aos presídios. As preocupações decorrem da caracterização deste grupo como agente de práticas criminais, apesar da ausência de indicações concretas que sustentem tal caracterização, como estatísticas criminais, por exemplo.

Num esforço de compreensão de tais relações, recentemente estabelecidas, recorremos ao trabalho de Elias e Scotson, *Os Estabelecidos e os Outsiders*,¹² identificando nos *estabelecidos*, os próprios moradores de Presidente Bernardes, e nos *outsiders*, os presos, seus familiares, suas visitas. Isso não implica em desconsiderar certas diferenças, ou seja, é importante constatar que Presidente Bernardes não é Winston Parva, assim, embora o “princípio da antiguidade”, seja um elemento comum de diferenciação empregado nas duas localidades, outra estratégia de depreciação dos grupos sociais, que no estudo de

A presença e a ausência da população penitenciária

Elias e Scotson se expressava espacialmente, se diferenciando de um bairro para outro, assume em Presidente Bernardes caráter diverso, uma vez que a depreciação baseia-se na rede de relações das famílias e visitantes dos presos que cumprem pena nas penitenciárias locais. Daí a importância dos estudos sobre representações sociais dos presídios para o Oeste Paulista.

Como os presos são personagens presentes, porém também ausentes do cotidiano da cidade, já que escondidos atrás das altas muralhas dos presídios, a representação da violência, ou da criminalidade, de modo geral, daí decorrente, não se refere diretamente a eles, mas às suas visitas, responsáveis, em última instância, pelo estabelecimento de relações entre essas duas realidades, a interior e a exterior às referidas muralhas. Duas características importantes, e contraditórias, desses estranhos, forasteiros são, por um lado, o fato de serem provenientes de outras cidades e, muitas vezes, da região metropolitana de São Paulo. Por outro lado, o fato de serem, em sua imensa maioria, mulheres, ou seja, mães, esposas e filhas dos presos que para lá se deslocam, sobretudo em dias de visita.

Uma interpretação possível para tais representações conflitivas que passaram a caracterizar o cotidiano da cidade, seria que essas relações seriam extensões daquelas estabelecidas entre presos e agentes, esses últimos responsáveis por outra via de contato entre o interior e o exterior das penitenciárias. Desse modo, e por essa via, as disputas de poder, que pautam a vida no interior das penitenciárias, estariam adquirindo contornos mais amplos, extrapolando as muralhas e se refletindo na estigmatização dos familiares dos presos pelos antigos moradores de Presidente Bernardes. Como indicio para a confirmação de tal hipótese, constatamos que é comum, ao perguntarmos aos moradores da cidade se eles possuem parentes, amigos ou conhecidos que trabalham em presídios da região, que obtenhamos resposta positiva. Isso se explica pelo fato de muitos se conhecerem numa pequena população, pela abundância de penitenciárias na região e pela exigüidade de opções de trabalho.

Vários moradores insistiram na referência a uma das residências dessas visitantes que se fixaram como “cortichinho”, devido à grande quantidade de pessoas que viveriam na mesma casa. Pelo que apuramos estes moradores temporários já deixaram a cidade, mas a forma como era chamada sua residência incorpora muitas características da descrição da residência de outra nova moradora, que ainda se encontra em Presidente Bernardes: “Moram umas trinta pessoas lá”, “Dorme gente até nas varandas em dia de visita”, “Teve um dia que eles armaram até uma barraca no quintal para acomodar as famílias”. Assim, práticas que poderiam ser interpretadas como solidárias, são sutilmente depreciadas.

Um terceiro fator diz respeito a superestimação feita pelas assistentes sociais da prefeitura, em relação tanto ao número de famílias de presos que permanecem na cidade,

quanto às suas carências. Apenas três casos,¹³ dentre os muitos genericamente relatados, foram confirmados e a explicação para tal superestimação parece residir numa forte identificação desses recém-chegados à pobreza, mas também se trata de esforço para justificar solicitações de ajuda financeira, dirigidas ao Governo do Estado, que expressariam, sobretudo, um anseio por compensações, frente a transtornos supostamente decorrentes da convivência com os presídios.

A conclusão preliminar a que podemos chegar é que a identificação representacional - familiares de presos são criminosos - pertence à mesma rede de conexões que associa a criminalidade à pobreza e a famílias desajustadas. Do mesmo modo, os mecanismos que impõem barreiras afetivas e incentivam a rejeição a essas novas moradoras e as visitantes podem encobrir problemas relacionados tanto à criminalidade, quanto a carências dos próprios munícipes, além de esforços pela manutenção de um *status* social. Seriam, então, em última instância, reforços à tendência de identificar o perigo no outro, personificado freqüentemente no aidético, no negro, no favelado, no homossexual, no criminoso, ampliando-se tendência que não é nova na História do Brasil, de identificação de bodes expiatórios para os problemas sociais.¹⁴

Observações feitas pelo proprietário da única pousada que hospeda visitantes dos presos, que pernoitam na cidade, ou mesmo buscam repouso por algumas horas, são particularmente significativas, a esse respeito. Referindo-se à possível inveja causada pelo sucesso de seu estabelecimento comercial e contrapondo-se a tese de que os presídios teriam trazido problemas para a cidade, ele desabafou:

Bernardes é uma cidade filha da puta, gente safada, eles tem até inveja que eu tenho isso daqui, porque nunca teve batida policial aqui e eu nunca vi negócio de droga aqui, se tiver alguma droga aqui... porque eu fico de olho, porque se tiver... Esses dias atrás deram batida lá perto do Sucão, revistaram o carro, tudo... era a mulher do 'Marcola' e do 'Carambola' (presos conhecidos, identificados ao crime organizado). Agora droga tem é na cidade, é maconheiro, aqui, que está uma desgraça.

Tudo indica que a rede de relacionamentos de familiares de presos foi criada, paulatinamente, a partir da fila que se forma na entrada das penitenciárias de Presidente Bernardes nas madrugadas que precedem os dias de visitas, em finais de semana e feriados. Nesse contato íntimo de realidades que se aproximaram, as familiares visitantes acabaram por conseguir um ponto de apoio que fortalece os sentidos dessa identificação. Durante a pesquisa, foram localizadas duas familiares de presos que se fixaram na cidade, ambas oferecem, informalmente, hospedagem para outras familiares de presos.

A partir desses contatos, as visitantes organizam-se de acordo com as possibilidades financeiras de cada família e com a disponibilidade de vagas na única pousada da cidade,

A presença e a ausência da população penitenciária

para hospedá-los. Desse modo, dividem-se entre os 32 quartos da pousada (em processo de ampliação, para disponibilizar 42 quartos) que são alugados por valores entre R\$12,00, R\$15,00 e R\$20,00 (preços de 2005), espaços improvisados nas residências das duas famílias já referidas, que também cobram por isso, porém valores mais modestos, e, por último, um único quarto com banheiro disponível na entrada da Penitenciária de Presidente Bernardes, gratuito.

As famílias que se fixaram diferenciam-se por incluir a alimentação no preço da hospedagem, a despeito do caráter de improvisado de suas instalações. Isso se constitui, simultaneamente, num fator determinante para sua própria permanência na cidade. Assim, diferenciam-se também de outras famílias que passaram pela cidade, mas não permaneceram, seja pelas dificuldades enfrentadas, seja porque continuaram a acompanhar parentes, em geral maridos, novamente transferidos, em prática comum do sistema penitenciário. Sugere-se, a partir dessas trajetórias, que cada um desses fatores pode ter pesos diferentes, conforme a situação. Assim, as duas famílias que permaneceram, o fizeram a despeito dos maridos, a quem acompanharam até Presidente Bernardes, já terem sido transferidos para instituições penitenciárias de outras cidades.

Durante as visitas a essas famílias, chamou a atenção o receio demonstrado, que foi interpretado como evidência de necessidade, por elas identificada, de não se expor, evitando, nas suas palavras, “as distorções corriqueiras de fatos”, principalmente pela imprensa. Enfim, procuram evitar o assédio da imprensa, mas também possíveis boatos entre moradores da cidade, numa atitude de reserva, identificada por Elias e Scotson¹⁵ nos *outsiders* por eles estudados.

Mesmo assim, a partir dos depoimentos colhidos, pudemos acompanhar a trajetória significativa de uma dessas famílias marcadas pela presença e ausência simultâneas de um de seus membros, por esforços para aliviar o distanciamento e pela priorização de outras necessidades...

Natural de São Paulo, essa mulher se transferiu para Presidente Bernardes com o objetivo de cortar despesas, naturalmente, sem deixar de visitar o marido preso. Tendo como perspectiva o custo de vida mais baixo e o fim dos gastos com passagens de ônibus, ela resolveu “arriscar” a mudança. Mas sua permanência só se viabilizou com o fornecimento da hospedagem a outros familiares que vem para a visita, opção favorecida pela carência de opções de hospedagem na cidade, e pelo fornecimento de “jumbos”, refeições encomendadas por presos das penitenciárias locais, que podem pagar por uma alimentação diferenciada.

Tal trajetória pauta-se em razões práticas, ainda que outros fatores, como a fidelidade e a dedicação ao marido preso, a solidariedade e os laços de confiança engendrados a partir de afinidades com outras familiares de presos, estejam subjacentes. Sobre sua convivência com os antigos moradores da cidade, deixemos que ela mesma fale:

Eu sou sossegada... Meus vizinhos são ótimos, eu tenho a maior amizade, inclusive aqui mora um policial, eu tenho amizade com todos eles, não tem nada haver. Apesar que tem bastante preconceito, no começo tem preconceito. Tem algumas que aprontam, nem todas são corretas, tem algumas que sempre... e por causa disso, as outras levam... Às vezes tem uma que aluga uma casa, não paga, vai embora, esse tipo de coisa. Porque mulher de preso é mal vista, então não é todo mundo que trata bem, mas eu nunca tive problemas. Eu, graças a Deus, aluguei essa casa, o senhor que mora aqui me ajudou, nunca tive problemas com nada.

De maneira semelhante, a outra nova moradora também não mencionou problemas com a vizinhança ou algum tipo de preconceito que sofreu. Mas esses dois depoimentos se confrontam com vários outros colhidos entre moradores mais antigos da cidade, que se referiram, sobretudo a residência da segunda nova moradora, com descrições depreciativas sobre a atividade lá desenvolvida e sobre seu modo de vida, nada convencional. Mesmo sobre aquelas que já deixaram a cidade, ainda foi possível colher relatos que indicam permanências sobre as representações dessas “estranhas”, confirmando-se sua perenidade.

As representações que descrevem os modos de vida das famílias que se fixaram, são compartilhadas através de boatos, indicando que o empenho na difusão da imagem depreciativa dessas novas moradoras também expressa a luta pela manutenção de um *status* social que diferencia e cria os espaços e classes de cada um dos sujeitos envolvidos. As descrições das suas residências, seus hábitos e costumes reforçam e sustentam a representação de grupos desajustados e, ao mesmo tempo, esses discursos não deixam de remeter a uma comparação presente, mas ausente na fala, de um modelo de conduta e ordem social baseada na família nuclear.

Permeando tais representações sociais, identificamos certa idealização da vida na cidade pequena do interior. Tal imagem não incorpora, ou mesmo omite, o aspecto econômico, visto como problemático em função da falta de perspectivas, sobretudo no que se refere à oferta de empregos, mas enfatiza o distanciamento dos problemas das grandes cidades, caracterizando a existência de um círculo vicioso, contraditório e imaginário, cujos opostos se situam entre o caos das grandes cidades e a calma e tranqüilidade das

A presença e a ausência da população penitenciária

pequenas cidades do interior. Nas conversas informais, muitos dos esforços de reelaboração da realidade cotidiana, feitos pelos antigos moradores de Presidente Bernardes, se pautaram nesse recurso à velha e contraditória imagem da cidade pacata, que encobre certo incômodo frente à estagnação a ela relacionada.

Um dos inúmeros aspectos que podem explicar essas diferenciações entre as representações sociais de pequenas e médias cidades, diz respeito às diferentes temporalidades que caracterizam o cotidiano de cada uma delas. A despeito das diferenças em relação às metrópoles ainda serem inquestionáveis, a vida nas cidades médias parece ter se acelerado suficientemente para agravar a sensação de insegurança de seus moradores. Como se a superação de sua antiga condição de pequenas cidades ainda não tivesse sido bem assimilada. Assim, resta a imagem saudosista e algo idealizada da “cidade pacata”, contrapondo-se a um presente muitas vezes reivindicado, inclusive a partir da “vitrine” representada pelas metrópoles, quando transformam seus *shopping centers* e condomínios fechados em símbolos da vida moderna, portanto, em objetos do desejo da população de pequenas e médias cidades.

Nas pequenas cidades, sem *shopping centers* e outras vitrines atraentes, o tempo mais lento ainda parece prevalecer, apesar da convivência contraditória com o tempo hiper-acelerado e cada vez mais hegemônico da televisão. É a essa realidade contraditória que o morador procura dar sentido, quando fala da “sua” cidade.

Mas, como nos mostram trabalhos muito amplos acerca da História das Cidades, como as obras de Mumford¹⁶ e Benévolo,¹⁷ é necessário questionar – quando a insegurança não foi uma das características centrais das cidades?

Sem deixar de atentar para as especificidades de cada período, para as relações entre as mudanças e as permanências, não como categorias excludentes, mas envolvendo contradições e retrocessos, percebemos que, a partir da Revolução Industrial, a insegurança assumiu outro aspecto, passando a ser associada quase exclusivamente a presença de inimigos internos diversos. Eram as multidões revoltosas e freqüentemente violentas, os muitos pobres que se marginalizavam, dentre os quais também as crianças passaram a agitar as ruas das cidades super-povoadas, as doenças que afetavam principalmente os mesmos pobres mal alimentados, mal abrigados, mal agasalhados, mas que a eles não se limitavam, transformando-se em epidemias. Enfim, a insegurança estava intimamente associada à problemática convivência entre os diferentes segmentos sociais, dentre os quais destacava-se, pelo papel que desempenhou na consolidação da sociedade capitalista, essa multidão de pobres que nunca deteve o controle do processo de transição, mas que dele se encarregou, sendo sempre, portanto, uma presença necessária e inevitável.

Frente a tal quadro que foi se desenhando, a partir do século XVIII, com diferentes

ritmos, mas em âmbito mundial, muitas estratégias de controle social foram sendo experimentadas, tendo muitas delas se institucionalizado: a polícia, a prisão, os asilos, os hospitais e manicômios, os códigos sanitários e de saúde pública, códigos de trânsito e de uso do solo urbano, etc.

Mas essas estratégias de controle social nunca foram totais, ou seja, sempre comportaram desvios, fissuras e muitas vezes geraram revoltas, mesmo assim, obtiveram considerável eficácia, sobretudo nos países que alcançaram maior desenvolvimento econômico e social. Nas últimas décadas, no entanto, frente a novas mudanças experimentadas pelo próprio capitalismo, tais estratégias de controle social vêm se revelando cada vez mais limitadas, sobretudo através do crescimento da violência urbana que assume diferentes formas, atingindo com mais intensidade as grandes cidades dos países menos desenvolvidos, mas que está longe de ser exclusiva dessas cidades e desses países.

Outro aspecto desse processo de mudanças aceleradas da cidade, marcado também pelo acúmulo de contradições que sempre caracterizaram a convivência forçada, evidencia-se a partir da comparação do contexto acima referido (século XIX até início do XX), quando era necessário aventurar-se em bairros perigosos, para esquadrinhar, para intervir, para controlar, sanear, normatizar, civilizar, enfim, modernizar, de acordo com os preceitos liberais, sobretudo as metrópoles. Apostava-se então num determinado futuro que seduziu tantos imigrantes.

Atualmente, as estratégias pautadas no urbanismo defensivo, adotadas pela maioria daqueles cuja condição econômica permite, parecem apontar em direção bastante diversa, ao redefinir, inclusive as relações entre espaço público e privado, nestes novos contextos, como Billard e outros¹⁸ destacam:

A questão da *sécurisation* dos espaços residenciais em meio urbano não é nova. Ela é mesmo contemporânea à aparição e ao desenvolvimento das cidades. Mas, esta questão renova-se sem cessar e duas tendências fortes parecem emergir no decorrer de um período recente. A primeira é a multiplicação, ou seja, a proliferação, geralmente na periferia de aglomerações, mas não exclusivamente, de enclaves residenciais fechados, cujo arsenal de segurança remete à simbologia da cidade fortificada. A segunda resulta de uma modificação das modalidades de vigilância do espaço urbano, sobretudo incluídas em seus espaços residenciais, em que as manifestações são múltiplas. Esta dupla tensão interroga a maneira de se viver em cidades e de se pensar ou de se representar uma série de transformações profundas no modo de vida, nas relações sociais, e no que se refere ao espaço.

Adotando o pressuposto de que a questão da violência é uma das dimensões constitutivas do urbano atualmente, não apenas nas grandes cidades, mas também nas cidades pequenas e médias, problematizamos as relações entre crescimento real da violência nessas

A presença e a ausência da população penitenciária

idades e a sensação de insegurança de seus moradores, levando em conta que a mídia¹⁹ é sujeito fundamental no estabelecimento de tais relações, uma vez que, como diz Imbert,²⁰ numa sociedade caracterizada pela presença de múltiplas formas de violência, uma das suas peculiaridades reside na existência de violências reais e violências representadas que nem sempre são coincidentes, embora uma violência representada seja, ao mesmo tempo, uma resposta a uma violência real e um estímulo à outra nova violência. Frente à sensação de medo difuso daí resultante, segundo Veron,²¹ a “mídia (também) formaliza o real, introduz ordem onde havia caos”, ou seja, “ela produz realidade.”

Estamos nos pautando, então, na existência de três dimensões da violência no cenário brasileiro atual: as percepções (que incluem as reações), os fatos e as explicações.²² Tudo indica que há um forte recrudescimento da sensação de insegurança, que não é exclusivo do Brasil, embora aqui adquira especificidades.

A representação do espaço urbano como instável e ameaçador adquiriu características específicas face ao processo de transição política, experimentado a partir do final da longa ditadura militar, no início dos anos 1980. O trabalho de Caldeira²³ é esclarecedor a esse respeito, sobretudo por chamar a atenção para uma dimensão ainda pouco valorizada, a dimensão política, nos debates acerca da questão urbana e de sua correlata, a questão da violência. Ela situa nos anos 1980 a gênese das transformações sobrepostas ao padrão centro-periferia, que geraram espaços nos quais diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios e *shopping centers* – e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.

Segundo essa autora, tal periodização não é casual, uma vez que essas transformações podem ser interpretadas como uma reação de segmentos das elites ao processo de democratização então em curso, já que tendem a estigmatizar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos. Levando em conta ainda à crise econômica deixada como herança pelo Regime Militar para os governos democráticos que o sucederam nos anos 1980, delineia-se um contexto de incertezas em que muitas pessoas se sentiram ameaçadas e reagiram reforçando divisões e diferenças.²⁴

Frente à necessidade de se avançar no estabelecimento das necessárias relações entre o real e o representado, no campo analítico, discutimos alguns dos resultados de nossa pesquisa sobre as matérias publicadas pela imprensa escrita de Presidente Prudente, mas com influência sobre a região,²⁵ entre 2001 e 2003.

Trabalhando comparativamente os jornais *O Imparcial* e *Oeste Notícias*, pudemos dimensionar a importância dada ao tema dos presídios expressa tanto quantitativamente,

pelo grande número de matérias publicadas durante todo o período, quanto qualitativa-mente, pelo espaço privilegiado por elas freqüentemente ocupado no corpo do jornal, de acordo com seu discurso gráfico, e pelos recursos visuais como fotografias e as já mencionadas charges.

Diante do grande número de matérias, a estratégia analítica empregada pautou-se na sua classificação em sub-temas e na atenção à dinâmica própria de cada sub-tema no interior de cada um dos dois jornais, durante o período estudado. Assim se evidencia, por exemplo, que durante o ano de 2001, as matérias que enfatizavam a relação entre a vinda dos presídios e a significativa ampliação do mercado de trabalho, foram perdendo importância, dando lugar ao sub-tema que relaciona os presídios à violência, ou seja, “ao fim da paz” na região, como mencionamos anteriormente.

Como pano de fundo determinante dessa significativa mudança de representação dos presídios identificamos as disputas políticas pré-eleitorais daquele ano, que se acirraram em 2002, quando o discurso de oposição do então candidato Agripino Lima (PSC) ao governo estadual e à “sua” política penitenciária foram importantes fatores para explicar sua vitória e conseqüente eleição para prefeito de Presidente Prudente, por dois mandatos consecutivos.

O sub-tema que relaciona os presídios à insegurança já ocupava espaço nas páginas dos dois jornais, se tornando então predominante, sem, no entanto, nunca ter sido qualificado. Nenhum dos sujeitos encarregados da emissão desses discursos, incluindo-se os próprios responsáveis pelos jornais, apresentou dados que comprovassem essas correlações, obtendo mesmo assim enorme eficácia, conforme se constata pelos resultados eleitorais de 2002. Mas em outubro de 2003, tal correlação seria comprovada, não por estatísticas criminais, mas através de um acontecimento pontual, que parece ter tido como principais sujeitos os líderes do crime organizado que cumprem pena em penitenciárias da região, conhecido, a partir de 2001, como *Primeiro Comando da Capital* (PCC). O enorme destaque dado ao assassinato do juiz corredor Antonio José Machado Dias, representa um marco na representação de presídios produzida pelos jornais regionais.

Inserida no contexto, anteriormente comentado, da polêmica transferência do preso Luis Fernando da Costa (conhecido como “Fernandinho Beira-Mar”), a dinâmica da ampla cobertura sobre o assassinato levou o leitor a comprovar a tese defendida pelos próprios jornais, sobre a violência trazida para o *Oeste Paulista* pela população penitenciária para lá deslocada pelo Governo do Estado e, muito particularmente, pelos líderes do crime organizado, quando o inquérito policial identificou como sendo Rinaldo Teixeira dos Santos (conhecido como “Funchal”), apontado como líder do PCC, o seu mandante. A despeito da perversidade de tal conclusão, é importante perceber que a imprensa foi

A presença e a ausência da população penitenciária

capaz de tornar proveitosa, ou positiva, do ponto de vista de sua influência na região, a ocorrência desse crime, ainda que seu pesar e indignação tenham sido amplamente reiterados, inclusive graficamente, como foi o caso do *Oeste Notícias*, que trouxe uma tarja preta cortando o logotipo do jornal, simbolizando seu luto.

Outro traço característico da dinâmica dessa cobertura, para além da presença de muitas imagens que procuram gerar um sentimento de comoção pela morte do juiz, foi o esforço feito no sentido de produzir, com certa rapidez, uma representação consistente desse representante do Judiciário que até então quase não merecera destaque, embora tivesse sido mencionado em algumas matérias. Assim, a publicação de muitas fotos do juiz, ainda vivo, e o espaço dedicado às pessoas que partilhavam de seu convívio e de sua intimidade, expressavam esse duplo empenho dos jornais, sem deixar de propiciar farto e atraente material que garantiu suas vendas por vários dias.

Outra característica dessa cobertura que acabou por representar a morte como fator de transformação na representação do juiz, de quem o leitor se aproximou ao acompanhar o drama da família, foi a conseqüente ênfase nos aspectos punitivos, bem expressa na chamada “Justiça desafiada,” que passou a acompanhar todas as matérias publicadas pelo *Oeste Notícias* sobre o crime. Subjacente a referência ao desafio, delineava-se um embate entre os presos, organizados pelo PCC, e a Justiça, não se caracterizando, portanto, enquanto questão local ou regional, mas adquirindo caráter nacional, sem deixar dúvidas acerca da necessidade de que se definissem rapidamente os seus vencedores.

A rapidez com que o inquérito policial chegou ao culpado que, inclusive, se encontrava preso, portanto, sobre responsabilidade do Estado, é indicativa da eficácia desse tipo de campanha desencadeada pelos jornais.

Do ponto de vista dos leitores, tal movimento pode ser interpretado como ilusão de acesso à esfera pública, uma vez que o jornal, ao supostamente incorporar o caráter de defesa do interesse público, aproxima-se do leitor, reforçando suas possibilidades de construção de discursos hegemônicos que são vendidos em suas duas etapas - ao leitor e ao anunciante – convergindo ambas para a conceituação do jornal como mercadoria. Nesse mesmo movimento, induz à passividade, uma vez que sugere a desnecessidade de envolvimento do leitor com as questões que o próprio jornal elege como relevantes. Em última instância, a atuação do leitor deve limitar-se à leitura do jornal.

A problematização do papel do Estado também decorre da análise dessa cobertura jornalística sobre o assassinato do juiz corregedor, sobretudo frente à constatação de que

o mandante do crime encontrava-se preso. Como fica então a responsabilidade do Estado na garantia de segurança à população e a eficiência na gestão de “suas” instituições de controle social? E quanto a tradicional função de “vigiar e punir” desempenhada pelas penitenciárias, de que já nos falava Michel Foucault?²⁶

Como procuramos mostrar, no esforço de elaboração da nova realidade que caracteriza a “sua” cidade, para os moradores de Presidente Bernardes, o Estado aparece como interlocutor central. No *Oeste Paulista*, neste novo contexto pós-anos 1990, além do evidente descrédito no Estado e nas suas instituições de controle social frente ao desempenho de sua função de garantir segurança à população, o que os diferentes discursos evidenciam é a representação de uma sociedade cada vez mais cindida, não apenas entre ricos e pobres, mas também entre capital e interior, entre metrópole e pequenas e médias cidades, entre estados da federação.

Diante desses questionamentos comuns atualmente, três pressupostos identificados ao longo desse artigo precisam ser retomados: as brechas e desvios que sempre caracterizam a atuação das instituições de controle social, os indícios recentes de sua ineficácia crescente frente às mudanças experimentadas pelo capitalismo e o recrudescimento da sensação de insegurança, ou seja, a radicalização de uma percepção que não é nova, sobretudo nas grandes cidades, mas que hoje afeta inclusive os moradores de pequenas cidades, nas quais as mudanças ainda ocorrem em ritmo mais lento. Trata-se, portanto, neste último caso, de retomar ainda o reconhecimento do papel central e do alcance da visibilidade, proporcionada pela mídia, nas representações da insegurança urbana.

Também se faz necessário levar em conta o caráter problemático da noção de “segurança pública”, que se pauta no pressuposto da existência de consenso sobre questão polêmica, sobretudo numa sociedade profundamente marcada por desigualdades sociais.

Mas a centralidade que o Estado continua a exercer quando se fala em controle social, segurança pública,... expressa contradições, uma vez que aparece tanto nos discursos que se empenham na busca de soluções para impasses com que se deparam cotidianamente os moradores das cidades brasileiras (pequenas, médias ou grandes), como naqueles que denunciam sua ineficácia, freqüentemente associada à perigosa crítica às instituições democráticas.

Frente aos enormes desafios contidos nessas constatações, sem chegar a apresentar conclusões, recorreremos finalmente às proposições de Sérgio Adorno²⁷ e de Boaventura de Sousa Santos²⁸ que nos instigam a continuar pesquisando. O primeiro nos fala sobre a necessidade de se repensar o papel do Estado no controle social em bases diversas da tradicional, ou seja, não mais em termos de eficácia ou fracasso, ao mesmo tempo em que caracteriza a sociedade atual como “civilização do risco”, frente a qual as demandas por

A presença e a ausência da população penitenciária

ordem social seriam uma resposta às incertezas sociais e intersubjetivas. O segundo parte da constatação de que vivemos uma crise do contrato social, entendido como “a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental”,²⁹ para propor a necessidade de uma nova concepção para o próprio Estado.

Notas

¹Doutora em História pela UNESP/Assis, professora da UNESP/Presidente Prudente. E.mail: edagoes@fct.unesp.br

²IMBERT, Gerard. *Los escenarios da violência*. Barcelona, Icaria, 1992.

³Em 2001, o governador Mario Covas faleceu, durante seu segundo mandato, e foi substituído pelo vice-governador Geraldo Alckmin, do mesmo partido político, o PSDB, que por sua vez foi eleito governador no final do mesmo ano, tomando posse em 2002.

⁴Desativada em 2002, a Casa de Detenção de São Paulo era considerada um verdadeiro *barril de pólvora*, em função da superlotação crônica e do histórico de motins violentos, entre os quais se destaca o *massacre da Detenção*, outubro de 1992.

⁵Segundo a CROESTE (Coordenadoria das Unidades Prisionais do Oeste do Estado de São Paulo), em 2003, já havia 26 unidades prisionais na região, com 21.350 presos.

⁶Segundo dados de 2003, da Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo, havia 6.835 funcionários trabalhando nos presídios da região.

⁷SPÓSITO, Maria E. B. “A produção do espaço” em dez anos do GASPERR: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In: SPÓSITO, Eliseu S. (org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: A construção de uma temática*. Presidente Prudente, Unesp, FCT – GASPERR, 2005, p.107.

⁸Agripino Lima, atualmente em seu segundo mandato na prefeitura de Presidente Prudente, e sua família, são proprietários de uma universidade, de um jornal e de um canal de televisão que detém os direitos de retransmissão da Rede Globo, todos em Presidente Prudente.

⁹Jornal publicado em Presidente Prudente, cidade que desempenha papéis centrais na rede urbana do Oeste Paulista.

¹⁰Na Vara de Execuções Criminais são tomadas decisões que afetam diretamente o cotidiano dos presos, como concessão de benefícios, direito a visita íntima, transferências, etc.

¹¹Argumento utilizado pelo próprio Delegado de Polícia, que não opôs resistência à pesquisa, desde o início. O argumento foi considerado convincente.

¹²ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

¹³Alguns desses casos se referiam a famílias que não se fixaram em Presidente Bernardes.

¹⁴CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. *Teoria e Debate*. São Paulo, 1998, pp. 32 – 41.

¹⁵Id..

¹⁶MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*. 4º. Ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998.

¹⁷BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 2003.

¹⁸BILLARD, G.; CHEVALIER, J.; MADORÉ, F. *Ville Fermée, ville surveillée*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2005, p.7.

¹⁹O controle da mídia por grandes grupos empresariais, no Brasil e, inclusive, a quase inexistência de veículos de comunicação alternativos com grande alcance, são características fundamentais a compreensão da atuação da mídia no que se refere também à questão da violência urbana.

²⁰IMBERT, op.cit., p.5.

²¹VERON, E. Apud IMBERT, op. cit., p.62.

²²Palestra proferida pelo sociólogo Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV – USP),

durante o Simpósio “As interfaces da violência” (Unifesp), em 5 de agosto de 2005.

²³CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Editora 34 – Edusp, 2000.

²⁴A dimensão política também é valorizada por Batista, Vera M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, em sua relação com a violência urbana, em trabalho recente, bastante inovador. Embora trate de um período muito mais longo, essa autora não deixa de enfatizar os anos 1980, momento estratégico do deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum que teria permitido a manutenção da estrutura de controle social e ainda mais investimentos na “luta contra o crime”, durante a transição política. Em trabalho bastante anterior e de caráter introdutório, BENEVIDES, Maria Vitória. *Violência, povo e polícia*. São Paulo, Brasiliense, 1983, adota uma outra periodização.

²⁵A importância do papel de intermediação desempenhado por Presidente Prudente na região já foi comentada anteriormente, neste artigo.

²⁶FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento das prisões*. Petrópolis, Vozes, 1977.

²⁷ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social: Rev. Sociologia. USP, São Paulo*, 10(1); 19-47, maio 1998.

²⁸SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a Democracia*. Lisboa, Gradiva, 2002.

²⁹Id., p.7.